



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PERMANENTE E SAÚDE PÚBLICA EM MIRACEMA/TO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

INGRID KARLA DA NOBREGA BESERRA ¹

ELBERTH BEZERRA DE ALBUQUERQUE SOUTO ²

LORENA RODRIGUES TAVARES ³

MARIA CLEIDE PEREIRA MORAES ⁴

RAQUEL ARAÚJO PINTO ⁵

RESUMO

Este trabalho reflete a importância da educação permanente em saúde e da extensão universitária como instrumentos significativos à capacitação de profissionais e ao empoderamento das comunidades. Trata-se de um relato de experiência das ações desenvolvidas por dois projetos de extensão vinculados ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins - UFT/Câmpus de Miracema.

Palavras-Chave: Saúde. Serviço Social. Educação Permanente. Extensão Universitária.

ABSTRACT

This work reflects the importance of continuing education in health and university extension as significant tools for the training of professionals and the empowerment of communities.

¹ Universidade Federal do Tocantins

² Universidade Federal do Tocantins

³ Universidade Federal do Tocantins

⁴ Universidade Federal do Tocantins

⁵ Universidade Federal do Tocantins

It is an experiential report on the actions developed by two extension projects linked to the Social Work Course at the Federal University of Tocantins (UFT), Miracema Campus.

Keywords: Health. Social Work. Continuing Education. University Extension.

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados das ações desenvolvidas por dois projetos de extensão implementados no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins - UFT/Câmpus de Miracema, intitulados "Assessoramento e Capacitação em Saúde (ACS): famílias, territórios e acesso a políticas públicas" e "Saúde em Debate na UFT". As duas propostas se articulam à política de extensão da universidade e vêm sendo planejadas desde março de 2023.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída em 2000, iniciando suas atividades em 2003, com a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado. Em abril de 2001, o Ministro da Educação, Paulo Renato, nomeou a primeira Comissão Especial de Implantação da UFT, por meio da Portaria nº 717, de 18 de abril de 2001. O objetivo dessa comissão foi elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação contendo as providências necessárias para a implantação da nova universidade (Tocantins/UFT, 2023).

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da política de extensão, Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020 (UFT, 2020). Reconhece-se que essa área é de suma importância porque articula a universidade e a sociedade. Amplia o debate, com a finalidade de basear as ações de extensão. A Resolução nº7 de 18 de dezembro de 2018, art. 4º, aponta ainda que as atividades de extensão têm que compor no mínimo 10% da carga horária curricular dos cursos estudantis de graduação (Tocantins/UFT, 2020).

Nesse sentido, o projeto "Assessoramento e Capacitação em Saúde (ACS): famílias, territórios e acesso a políticas públicas" foi incorporado ainda ao desenvolvimento do Componente Curricular de Extensão - CCEEx: "Políticas de Proteção e Seguridade Social II", como atividade prevista a partir do novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, no segundo semestre de

2023. Desse modo, foi operacionalizado como ação curricularizada, no semestre em questão, e como ação extensionista desde março de 2023 até 2024.1.

A Extensão Universitária é considerada um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político. Permite a interação entre a Universidade e outros setores. Tais aspectos estão relacionados aos objetivos da Universidade Federal do Tocantins e de sua Política de Extensão que, entre outras coisas, prevê:

“[...] a articulação entre a teoria e a prática que possibilita a conexão entre os saberes acadêmicos e populares. Compreendida como um trabalho curricular, transdisciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar, ela tem por função produzir e sociabilizar conhecimentos e saberes, dialogando com os diversos setores da sociedade, com inserção na realidade intra e extramuros da universidade, proporcionando ao corpo discente uma vivência que complemente sua formação” (Tocantins/UFT, 2020, p. 6 – artigo 4º).

A Política de Extensão da UFT reconhece ainda a necessidade de intensificar as relações com instituições públicas, privadas, filantrópicas, fundações e organizações sociais para a realização de parcerias nacionais e internacionais (Tocantins/UFT, 2020).

A pandemia da Covid-19 gerou impactos às políticas públicas e aos trabalhadores que nelas atuam, causando uma complexidade de vulnerabilidades sociais, sejam aquelas vinculadas ao emprego/renda, sejam aquelas relacionadas ao acesso aos demais direitos sociais. Essa premissa reforçou a necessidade de implementação de um projeto de extensão a partir de 2023, com o objetivo de realizar assessoramentos e capacitações aos profissionais vinculados ao setor saúde e outras instituições.

Na proposta de execução, a Liga pela Vida e a Unidade Básica de Saúde Alaídes Nunes do Amaral, ambas instituições situadas no município de Miracema do Tocantins/TO, tornaram-se parceiras do projeto, de modo que visitas, debates e planejamentos pudessem ser realizados, reforçando a vinculação entre a Universidade, as associações e organizações da sociedade.

Ressalta-se que as propostas vêm sendo executadas com a participação de estudantes-estagiários do curso de Serviço Social, já que a professora – coordenadora geral do projeto - atua como supervisora de campo. Tal aspecto se demonstrou no semestre de 2023.1 como de suma importância, já que um dos impactos da pandemia ao ensino superior é o acúmulo de estudantes que demandam campos de estágio.

Nesse trabalho, reforça-se a importância da integração entre a universidade e as instituições locais para o desenvolvimento da educação permanente. Reconhece-se a relevância do diálogo e da colaboração entre a UFT e instituições locais. Busca-se promover um ambiente de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aprendizado contínuo e enriquecedor, que atenda às necessidades da comunidade e proporcione oportunidades de aprendizado tanto para os estudantes universitários, quanto para os profissionais envolvidos nas iniciativas de extensão. Essa abordagem colaborativa visa não apenas fortalecer os laços entre a universidade e a comunidade, mas contribuir para a melhoria dos serviços oferecidos e para o avanço das políticas públicas locais relacionadas à saúde.

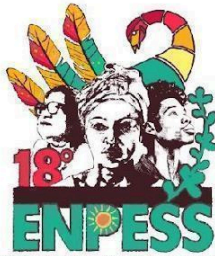
A Educação Permanente no Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental na qualificação e atualização dos profissionais da saúde, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população. Por meio de estratégias de aprendizado que valorizam a troca de experiências, a reflexão crítica e a atualização constante em relação às políticas e práticas de saúde. Essa metodologia possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao enfrentamento dos desafios do contexto sanitário atual. Além disso, promove a integração entre teoria e prática, favorecendo a implementação de ações efetivas e inovadoras no campo da saúde pública.

Através desse processo, os profissionais são capacitados não apenas para lidar com as demandas emergentes e complexas da saúde, mas para contribuir ativamente para o fortalecimento do SUS enquanto sistema público, universal e equitativo (Brasil, 2009).

Nesse contexto, reconhece-se que o Serviço Social desempenha um papel crucial na extensão universitária, ao trazer contribuições para promover o bem-estar, justiça e acesso a direitos, utilizando-se do conhecimento acadêmico para atender às necessidades da comunidade e propor estratégias institucionais para enfrentar as expressões da questão social.

1. Saúde Pública e Educação Permanente

Na compreensão das diretrizes da saúde pública no Brasil, é imprescindível ressaltar a importância da estrutura dessa política, uma vez que se constitui como o arcabouço orientador do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas diretrizes não apenas definem os princípios e objetivos fundamentais do SUS, mas servem como alicerce essencial para toda a organização do sistema vigente e estão baseadas nos princípios de:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- **Universalidade:** garantia de acesso aos serviços de saúde a todos os usuários, independentemente de raça, religião ou qualquer tipo de condição social;
- **Integralidade:** prestação de atendimento que abrange todas as necessidades de saúde do indivíduo, sem discriminação ou exclusão de qualquer natureza;
- **Descentralização:** facilitação do acesso aos serviços de saúde mesmo para aqueles que residem em áreas distantes dos centros urbanos ou enfrentam dificuldades de locomoção, por meio da oferta de unidades de saúde próximas às comunidades;
- **Participação social:** promoção do direito à informação e preservação da autonomia dos usuários do sistema de saúde, garantindo sua participação ativa nas decisões que afetam sua saúde e bem-estar;
- **Equidade:** tratamento igualitário a todos os indivíduos e regiões, levando em consideração as diferentes necessidades de cada um e garantindo o acesso aos serviços de saúde conforme a demanda e a gravidade das condições de saúde;
- **Regionalização e hierarquização da rede:** organização dos serviços de saúde de acordo com as necessidades de cada região, garantindo a oferta de serviços eficientes e adequados à realidade local, podendo incluir a formação de redes de atenção à saúde e a definição de níveis de complexidade dos serviços (Brasil 1988; 1990).

Desse modo, esse sistema se configura como o conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

É preciso destacar que o texto constitucional, em seu art. 200, atribuiu ao Sistema Único a responsabilidade por coordenar a formação de recursos humanos. E esse princípio foi ratificado pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que organiza o mesmo e estabelece que as ações sejam conjuntas com as instituições acadêmicas, reconhecendo a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, como pode ser verificado abaixo:

Art. 14. Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior. Parágrafo único. Cada uma dessas comissões terá por finalidade propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições (Brasil, 1988).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Daí, escabece-se mais uma vez a importância da extensão universitária e de sua relação com a educação permanente, além da relevância dos projetos para a formação dos alunos, comunidade local e os trabalhadores do SUS ao promover o debate. As ações podem se consolidar para a promoção da troca de experiências e o aprimoramento do trabalho em saúde. Como dito, o sistema é composto por uma rede regionalizada e hierarquizada que atribui responsabilidades a todos os entes federados. Dessa forma, os gestores da política também se tornam responsáveis pela formação em recursos humanos para a saúde, portanto, em âmbito local cabe à gestão municipal, com o apoio das instituições especializadas, impulsionar essa formação.

Desse modo, a formação dos recursos humanos envolve um amplo processo que deve ser contínuo, uma vez que as ações em saúde são voltadas à promoção, proteção e recuperação. Portanto, está relacionada ao domínio de técnicas, condutas e práticas que devem ser aprimoradas constantemente. Além disso, a integração entre os diferentes atores sociais e institucionais que compõem a rede de atendimento em saúde contribui para a sistematização e divulgação dos dados sobre a realidade local, fornecendo informações fundamentais para o aprimoramento da própria política.

Sobre esse aspecto, concorda-se com Biscarde, Santos e Silva (2014) quando afirmam que:

A formação em saúde frequentemente é considerada como uma das questões centrais relativas à transformação das práticas profissionais, de modo a favorecer intervenções capazes de aproximar-se das necessidades da população e da realidade sanitária na qual o profissional está inserido. É fundamental vislumbrar novos cenários de formação profissional, nos quais se busca desenvolver uma proposta em rede articulando as instituições de ensino, a gestão do SUS, os serviços de saúde e a comunidade. Assim, a ênfase não deve ser numa educação voltada apenas para a transmissão de conhecimento, mas para as relações sociais, para a problematização e transformação da realidade, integrando docentes, discentes, usuários, gestores, trabalhadores e profissionais de saúde no cotidiano dos serviços e da realidade sanitária, para a consolidação do Sistema Único de Saúde (Biscarde, Santos e Silva, 2014, p.178).

Considera-se indispensável que estudantes em formação e que os profissionais de saúde conheçam o território em que atuam, além das demandas dos seus usuários, de modo em que os processos de capacitação não estejam voltados apenas para o atendimento centrado no aspecto curativo.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) contribui com a formação profissional, por meio do ensino-aprendizagem. Além de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), pode desencadear



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a capacidade de reflexão do cotidiano, articular o sistema de saúde às instituições de formação profissional e construir uma saúde pública que valorize os usuários.

Na lógica da EPS, a qualificação do serviço busca construir uma aprendizagem cotidiana, aprimorando cada vez mais o serviço oferecido tanto por um indivíduo quanto por um grupo deles. Considerando-se a realidade do país, reconhece-se que este ainda é um grande desafio, dadas as disparidades territoriais e a precarização dos vínculos de trabalho da maioria dos profissionais.

Nesse contexto, a extensão universitária é de suma importância, já que os estudantes possam aprofundar o conhecimento da realidade local e demandas da comunidade, aspectos que podem resultar em uma troca de informações, entre os saberes e experiências populares, além da troca constante de informações entre academia e população usuária das políticas públicas.

A extensão tem a possibilidade de ampliação da aprendizagem que vai além do conhecimento adquirido em sala de aula, pois deve ter como uma de suas diretrizes, segundo a Política de Extensão da UFT:

a interação dialógica da universidade com os outros setores da sociedade: visa o desenvolvimento de relações, entre a Universidade e outros seguimentos da sociedade, marcado pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de cooperação com movimentos, entidades, instituições, setores e organizações sociais (Tocantins/UFT, 2020).

Nesse sentido, o próximo tópico destacará a realidade do município de Miracema do Tocantins e os desafios à efetivação da política de saúde, aspectos que reforçam a importância da universidade com as instituições locais.

2. A Saúde Pública em Miracema/TO

Com a promulgação da carta constitucional de 1988, o estado de Goiás foi desmembrado dando origem ao estado Tocantins. O município de Miracema do Tocantins/TO, tornou-se a capital provisória do estado entre janeiro a dezembro de 1989, período de instalação de Palmas, capital definitiva do estado. Com uma população residente de 18.566 pessoas (IBGE, 2022).

Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento do estado do Tocantins (Seplan), em 2020, havia 1.498 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com a

pandemia de Covid-19, 7.123 pessoas se tornaram elegíveis ao Auxílio Emergencial, decrescendo no ano seguinte para 3.998 (Tocantins, 2021).

O município conta com 396 profissionais da saúde e 21 estabelecimentos voltados ao atendimento dos munícipes, sendo 2 academias de saúde, 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 8 Unidades Básicas de Saúde, 1 clínica especializada/ambulatório, 3 consultórios isolados, 1 hospital geral, 4 unidades de apoio-diagnose e terapia e 1 unidade de vigilância em saúde, conta ainda com 69 leitos de internação hospitalar todos vinculados ao SUS. Em 2020, foram registrados 26 casos de hanseníase e 3 de tuberculose (Tocantins, 2021).

Em primeiro momento, entende-se que a saúde pública desempenha um papel importante na nossa sociedade, já que além de assegurar o acesso direto e universal aos serviços de saúde, previne e trata doenças. Também promove a equidade social, diminuindo os índices de desigualdades e aumenta o acesso aos cuidados médicos.

Apesar disso, é mister salientar aquilo que está previsto na Carta Constitucional, por meio do Artigo 6º, visto que ainda há inúmeras iniquidades que desafiam o acesso a direitos sociais neste país: “são direitos sociais a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, *grifo nosso*).

Diante disso, a Constituição Federal Brasileira preconiza a proteção à saúde como uma garantia constitucional a todos os brasileiros. Assim, a legislação é um mecanismo de garantia e, ao mesmo tempo, um instrumento de fiscalização e responsabilização dos gestores, assegurando que todos os recursos públicos sejam direcionados de forma adequada e eficiente às políticas públicas.

Considerando esses aspectos legais mais amplos, é importante destacar que a Constituição Estadual do Tocantins, também manteve a saúde como compromisso fundamental, previsto no “*Art. 2º São princípios fundamentais do Estado: VI - garantir a educação, a saúde e a assistência aos que dela necessitam, sem meios de provê-las*”. E em seu capítulo III, sua seção I, da Saúde, estabeleceu que:

Art. 146. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. Parágrafo único. O direito à saúde implica na garantia de: I - condições dignas de trabalho, saneamento básico compatível com as peculiaridades e necessidades específicas de todos os cidadãos: moradia, alimentação, educação, transporte, lazer; II - acesso universal e igualitário a todas as informações, ações e serviços voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde; III - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; IV - segurança individual e coletiva; V - participação de entidades especializadas, na forma da lei, na

elaboração de política, na definição de estratégias de implementação e no controle das atividades com impacto sobre a saúde; VI - dignidade e qualidade no atendimento. (TOCANTINS, 1988, *grifo nosso*).

Nesse sentido, a questão da saúde pública é um aspecto relevante na legislação estadual, demonstrando a importância que o legislador assegurou a essa política. Ao mesmo tempo, responsabiliza os gestores pela sua efetivação, garantindo o acesso aos cuidados com a saúde da população do estado do Tocantins, ao propor ações que reduzam e previnam doenças.

Em consonância com a saúde assegurada constitucionalmente, ratificada pela Constituição Estadual do Tocantins, a saúde pública no município de Miracema do Tocantins é caracterizada como um direito social, ou seja, o legislador a considera como um bem essencial comum a todo município:

Art. 2º O Município de Miracema do Tocantins – TO tem como valores fundamentais: §3º São direitos sociais, a saúde, a educação, a cultura, o trabalho, a moradia, a segurança, a proteção à maternidade, à gestante e à infância, a assistência ao idoso, ao deficiente físico e aos desamparados, bem como viver em um meio ambiente ecologicamente preservado (Miracema, LEI ORGÂNICA, 001, 2022).

Todavia, a efetivação desse direito fundamental tem vários desafios a serem enfrentados que vão impactar diretamente na qualidade do serviço ofertado à população. Um dos principais obstáculos é a precarização dos serviços básicos de saúde. Somado a isso, a carência de profissionais qualificados e a rotatividade das equipes também são questões preocupantes, principalmente quando envolve a influência política que impacta na prioridade das vagas como também na continuidade dos tratamentos.

Nessa direção, o estudo de Garcia (2022), que trata da rede de atendimento voltada aos idosos com hanseníase no município de Miracema do Tocantins/TO e destaca a atuação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e UBS é importante para compreender alguns aspectos desse território. Os dados da pesquisa demonstram que a atuação das equipes é multidimensional e multissetorial. Enfatiza a importância do trabalho educativo desenvolvido pelos técnicos junto aos indivíduos, famílias e comunidade, associado ao tratamento integrado a fim de promover o diagnóstico precoce da doença. O estudo evidencia a importância da formação continuada das equipes de saúde bem como o trabalho desenvolvido junto à comunidade, daí mais uma vez se reconhece a importância e da parceria da universidade na integração com a comunidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Outro ponto importante é os repasse de recursos financeiros que ainda é insuficiente para cumprir a totalidade de atendimento das demandas em saúde. Isso também limita a compra de medicamentos e a realização de procedimentos médicos mais complexos. Todavia, é competência do município em colaboração com a união e o estado do Tocantins promover a saúde, “Art. 23. compete ao município, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado: II – *prestar serviços de atendimento à saúde da população do município,*” (Miracema, Lei Orgânica 001, grifo nosso).

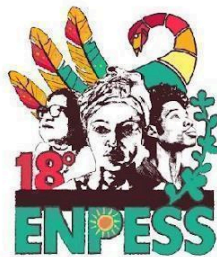
Isso acaba sobrecarregando o sistema de saúde de Miracema, prolongando o tempo de espera para atendimento e prejudicando a integralidade em saúde aos usuários. Nesse sentido, reconhece-se que por mais que a universidade garanta o apoio, por meio de parcerias e capacitações, é necessário que a gestão fortaleça as unidades básicas de saúde a partir do investimento tanto estrutural, quanto de recursos humanos, reconhecendo a importância das equipes de profissionais da saúde, além do investimento nas carreiras a fim de garantir a permanência das mesmas.

A participação da comunidade também é importante, por meio do controle democrático na política em âmbito municipal, identificando as fragilidades, propondo alternativas de mudança, bem como formas de garantir a melhoria das ações em saúde. Portanto, cabe ao poder público promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida de todos os cidadãos miracemenses, numa perspectiva multidimensional como assegura o art. 3o da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social. (Brasil, 1990).

É nessa perspectiva que a saúde deve ser planejada e ofertada, uma vez que esses condicionantes são determinantes para a promoção da saúde e bem-estar social. Nesse sentido, cabe agora compreender a realidade do município a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE (2022):

Tabela 1 – Dados do Município de Miracema do Tocantins (IBGE, 2022)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Miracema do Tocantins			População 18.566			
Característica	Não possui (%)	Possui (%)	Número de pessoas	Município	Sigla UF	Código do Município
Conectados à rede de esgoto	96,59	3,41	17.934	Miracema	TO	1713205
Abastecidos pela rede geral de água	18,29	81,71	3.396	Miracema	TO	1713205
Têm banheiro de uso exclusivo	1,32	98,68	245	Miracema	TO	1713205
Têm coleta de lixo	16,59	83,41	3.081	Miracema	TO	1713205
Não possui rede de esgoto – 17.934 pessoas, Não possui abastecimento pela rede geral de água 3.396 pessoas, Não possui banheiro de uso exclusivo – 245 pessoas, Não tem coleta de lixo – 3.081 pessoas F IBGE.						
Outros dados sobre a saúde de Miracema						
Mortalidade Infantil [2022]			18,52 óbitos por mil nascidos vivos			
Internações por diarreia pelo SUS [2022]			64,6 internações por 100 mil habitantes			
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]			9 estabelecimentos			

Fonte IBGE (2022).

Conforme o gráfico acima, a conectividade à rede de esgoto atinge apenas 3,41% da população, dessa forma, o pouco investimento em saneamento básico é um grande desafio a ser enfrentado pelo gestor municipal. Uma vez que 96,59% da população não possui esse serviço essencial, revela a ausência do Estado na garantia desse serviço. Além disso, 18,29% dos munícipes não têm acesso à rede geral de água, totalizando 3.396 pessoas. Enquanto, 245 habitantes sem acesso a banheiros, portanto, ainda usam o sistema de fossas.

Quanto à coleta de lixo, 83,41% dos moradores têm acesso a esse serviço essencial, enquanto 16,59% enfrentam desafios relacionados ao descarte adequado de resíduos, afetando diretamente 3.081 pessoas no município. Esses dados revelam a importância de políticas públicas que garantam, de fato, o bem-estar e a qualidade de vida de toda a população.

Considerando as informações apresentadas, reflete-se que no processo de descentralização administrativa, os municípios brasileiros foram incumbidos de muitas responsabilidades, especialmente na área de saúde. Essa transferência de atribuições, embora tenha permitido uma gestão mais próxima das necessidades locais, ainda representa um desafio significativo para a manutenção das políticas públicas. A falta de recursos financeiros adequados, capacitação técnica e infraestrutura suficiente são obstáculos que dificultam a implementação eficaz e contínua dessas políticas, evidenciando a necessidade de um apoio mais robusto e coordenado entre as esferas federal, estadual e municipal.

Por essa razão, reconhece-se que apesar da importância da educação permanente e da extensão universitária desenvolverem um papel significativo, é essencial que se defenda o fortalecimento do SUS, enquanto política pública, de modo que no fundo público ela ocupe um lugar central na disputa por recursos orçamentários.

3. A Atuação dos Projetos de Extensão e a Relação com a Educação Permanente em Saúde

Neste contexto de intersecção entre a importância da educação permanente e as atividades de extensão universitária, este tópico visa apresentar os resultados das ações desenvolvidas nos projetos "Assessoramento e Capacitação em Saúde" e "Saúde em Debate na UFT". Implementados a partir de 2023, no Câmpus de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), esses projetos se destacam pela sua relevância no fortalecimento da educação e na promoção de debates significativos na área da saúde.

Esses projetos foram desenvolvidos em parceria com instituições locais, como a Liga Pela Vida e a Unidade Básica de Saúde Alaides Nunes do Amaral, com o objetivo de promover ações concretas e debates relevantes no campo da saúde pública. Ao longo desta análise, serão destacados os principais resultados alcançados e o impacto dessas iniciativas no contexto local e regional.

Nas ações desenvolvidas, encontram-se engajados docentes, alunos extensionistas e estagiários. Esses participantes desempenham papéis essenciais na execução e no sucesso dessas iniciativas. As docentes orientam e coordenam as atividades a serem desenvolvidas. Já os alunos extensionistas têm a oportunidade de articular os conhecimentos apreendidos em sala de aula, além de adquirir experiência profissional e desenvolver habilidades interpessoais. Os estagiários, por sua vez, complementam a equipe, oferecendo suporte administrativo e técnico, enquanto têm a chance de aprender com profissionais no campo da saúde, dada a realização de parcerias com instituições locais. Essa colaboração entre diferentes atores acadêmicos e profissionais é fundamental para o êxito e a eficácia desses projetos de extensão.

Para promover a integração dos estudantes com o território e enriquecer sua formação acadêmica, o desenvolvimento das atividades aconteceu por meio do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, junto com o campo de estágio e supervisão no processo de formação. Além das atividades regulares, foram organizadas ações extraordinárias, incluindo participação em cursos, palestras e eventos diversos.

Durante a supervisão acadêmica, o direcionamento da Análise Institucional foi de suma importância para que os estudantes compreendessem a estrutura da universidade e sua estratégia de implementação extensionista.

Além dos encontros semanais foram realizadas visitas de campo em algumas instituições. A primeira entidade visitada foi a sede da “Liga Pela Vida: Defesa das pessoas com câncer em Miracema do Tocantins e região Rosa Idaló Silva”, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Casa do Idoso Pedro Pires de Castro. Além disso, foram realizadas reuniões semanais com leituras de textos a fim de compreender a dinâmica vinculada ao projeto de extensão e elaboração de relatórios.

No semestre 2023.1 foi efetuada a parceria com a “Liga Pela Vida: Defesa das pessoas com câncer em Miracema do Tocantins e região”. As políticas que estão vinculadas ao estágio são, as políticas de saúde, de educação superior e a política de extensão. Algumas das ações desenvolvidas foram a realização do minicurso com o tema de “Emergências e Reemergências em Saúde Pública”; a realização de uma mesa redonda com o tema “Avanços e retrocessos no atendimento às pessoas com câncer”, tendo a participação de representantes locais, da comunidade e de uma palestrante do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Todas as atividades contam com a participação das estagiárias, professoras e palestrantes.

No decorrer do processo, os estudantes envolvidos participaram ainda de eventos e de atividades ligadas ao projeto de extensão, com o objetivo de apreender a dinâmica da universidade, além de desenvolverem folders e cartilhas para os eventos a serem realizados, na parceria com a “Liga Pela Vida”.

No semestre 2023.2, as parcerias foram ampliadas entre a Associação “Liga Pela Vida” e a Unidade Básica de Saúde Alaíde Nunes do Amaral. Neste semestre, o projeto foi ainda integrado como Componente Curricular de Extensão (CCEx - Políticas de Proteção e Seguridade Social II), ministrada por três docentes do colegiado do curso de Serviço Social.

Neste semestre, ressalta-se que uma das ações mais importantes se refere ao “1º Fórum da Região Capim Dourado sobre Câncer”. O evento foi realizado no dia 13 de novembro de 2023, no Câmpus Warã, e contou com a participação de profissionais de saúde, comunidade, médicos e outros interessados em debater e fortalecer a pauta no município de Miracema. Em todo o momento, os estudantes envolvidos no projeto, puderam atuar na elaboração de material pedagógico e contribuir para o fortalecimento da parceria entre universidade e comunidade.

Em paralelo ao desenvolvimento desse projeto central, outra proposta vinha sendo direcionada. Tratava-se do projeto de extensão, “Saúde em Debate na Universidade Federal do Tocantins (UFT)”. Este projeto teve o intuito de promover informações em forma de filmes, palestra e rodas de conversa para disseminar temáticas sobre a saúde para os universitários e comunidade local. Além de trabalhar com filmes e rodas de conversa sobre saúde na universidade, apresenta os seguintes objetivos:

- Educação: Promover a conscientização e educação sobre questões de saúde, fornecendo informações precisas e atualizadas;
- Discussão crítica: Estimular a discussão crítica sobre temas de saúde, incentivando os alunos a analisar e debater diferentes perspectivas;
- Promoção da saúde: Inspirar práticas saudáveis e o bem-estar entre os estudantes, incentivando a adoção de hábitos de vida saudáveis;
- Sensibilização: Abordar questões de saúde, como doenças mentais, prevenção de doenças, igualdade de gênero, entre outras, para aumentar a conscientização e reduzir estigmas;
- Construção de comunidade: Criar um ambiente de apoio onde os estudantes possam compartilhar experiências e obter apoio mútuo.

Essas atividades podem contribuir para uma educação mais integralizada e preparar os estudantes para questões de saúde na vida cotidiana, em suas futuras carreiras.

Durante a implementação das duas propostas de extensão, reconheceu-se a importância de que as estagiárias e os demais estudantes vinculados criassem propostas informativas à comunidade externa e interna, com temas que despertem interesse ao público e para que compreendam a importância da saúde e de como a universidade pode contribuir, nessa relação.

O projeto de extensão tem planejado a realização de palestras, por meio de profissionais da saúde. Para sistematizar o conhecimento, a supervisora de campo solicita relatórios aos estudantes vinculados, de forma permanente, pois reconhece que a sistematização da prática é algo fundamental ao processo formativo.

Ainda no semestre de 2023.2, foram realizadas ações em parceria com a UBS Alaídes Nunes do Amaral, com temáticas voltadas a orientações da população e temas específicos, como o Outubro Rosa e Novembro Azul. A metodologia contou com orientações e palestras aos usuários, além da distribuição de folders informativos e debates, com a comunidade do setor

universitário. Ressalta-se que a equipe que atuava na Unidade de Saúde também contribuiu com informações.

No semestre de 2024.1, a parceria permaneceu com a UBS citada. Este semestre, foram realizados vários levantamentos de dados sobre a realidade de saúde do estado do Tocantins, além da elaboração de nova proposta de extensão em saúde que, no semestre de 2024.2, será realizada na Unidade Prisional do mesmo município.

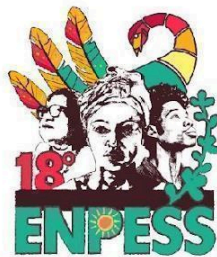
Como ações, a equipe dos projetos, realizaram atividade de prevenção e cuidado relacionados ao adoecimento por doenças como dengue, Zika e Chikungunya, no território. Foram realizadas visitas no setor Santa Rosa e em algumas ruas do setor Universitário, considerando a importância de orientar a população sobre a existência da UBS local e sobre o direito do acesso à saúde pública. O trabalho foi realizado em parceria com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACSs) daquela localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado um dos pilares da formação, a extensão desempenha um papel importante e ocupa um lugar privilegiado no processo ensino-aprendizagem ao proporcionar a integração do estudante com a comunidade local e suas demandas. Destaca-se nesse processo, o desenvolvimento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa numa perspectiva interdisciplinar e transversal, uma vez que é possível compreender os determinantes políticos, econômicos e sociais e os desafios postos na articulação e efetivação das políticas sociais, em especial a saúde.

Dessa forma, a articulação entre a formação acadêmica e o desenvolvimento da extensão possibilita o planejamento de ações interventivas coletivas e o debate com a rede de proteção social municipal, articulando-a e, ao mesmo tempo, fortalecendo-a. Isso é possível, pois o conhecimento acumulado e produzido na universidade passa a ser socializado e difundido nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Esses espaços passam a ser debatidos, socializados, avaliados e reconfigurados, possibilitando o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e resolutivas frente às demandas sociais.

É nesse espaço de mediação universidade-comunidade em que estes projetos de extensão foram desenvolvendo as suas ações até aqui, dialogando com diferentes saberes e áreas do conhecimento cujo objetivo é avançar no aprimoramento e qualificação da oferta da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

saúde, bem fundamental de qualquer sociedade. A partir disso, é possível avançar na efetivação de um sistema único mais humanizado, que considere os indivíduos e as comunidades na sua integralidade, considerando sempre as suas especificidades. A partir do desenvolvimento de ações no campo preventivo, por meio do planejamento e avaliação das ações, qualificando cada vez mais o sistema através da educação continuada dos profissionais da saúde desde a formação acadêmica.

Na realidade de um município como o de Miracema do Tocantins, a universidade exerce um papel fundamental, pois pode contribuir para a aproximação com a comunidade e dos seus saberes, além de apreender da comunidade as suas experiências, em torno do território, da história e de sua cultura. Que essa troca possa continuar se perpetuando e que os estudantes ganhem espaço cada vez mais, por meio da extensão universitária.

REFERÊNCIAS

BISCARDE, Daniela; SANTOS, Marcos; SILVA, Lilia (2014). **Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo**. Disponível em: scielo.br/j/icse/a/4KKBh3jXwd5dLSS4NYwFk3z/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 19 de Julho de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 04 maio 2024.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 20 set. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.)

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

GARCIA, Eliselia Ribeiro de. **Idoso com hanseníase em Miracema do Tocantins: estudo sobre a rede proteção de saúde**. Monografia Graduação. Universidade Federal do Tocantins. Câmpus Universitário de Miracema. Curso de Serviço Social, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados. 2022.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/miracema-do-tocantins.html>>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MIRACEMA. [Lei orgânica (2022)]. **Lei orgânica do município de Miracema do Tocantins: Estado Do Tocantins.** PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS, 2022.

TOCANTINS. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN). **Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DIGIT).** Gerência de Informações Socioeconômicas (GEFINS). Estado do Tocantins - Perfil Socioeconômico Municipal. 2a versão. Palmas SEPLAN/GEFINS, dezembro 2021. 57 p.

TOCANTINS. [Constituição (1988)]. **Constituição do Estado do Tocantins.** Tocantins: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 1988. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/470931/>. Acesso em: 04 maio 2024.

TOCANTINS/UFT (2023). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.** Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/31M0jFYxSw6ihzz3-jJtoQ>. Acesso em 19 de Julho de 2024.

TOCANTINS/UFT (2023). **RESOLUÇÃO Nº 05 DE SETEMBRO DE 2020.** Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/YTf11bAgRQSeEBZjkRWr0g>. Acesso em 19 de Julho de 2024.